
MULHERES NA UNIVERSIDADE

Ações afirmativas e justiça cognitiva

Jacira da Silva Barbosa* & Sonia Rocha Sampaio*

Resumo: As políticas de discriminação positiva implementadas nas universidades públicas brasileiras, que englobam os aspectos étnico-raciais, socioeconômicos e origem escolar, têm favorecido o ingresso de estudantes de matriz popular e, particularmente, de mulheres, segmento que já é maioria na educação superior do país. Nessa perspectiva, a pesquisa teve por objetivo analisar os resultados das Políticas de Ações Afirmativas (PAA) implementadas na Universidade Federal da Bahia (UFBA), à luz do conceito de justiça cognitiva e sua contribuição para a efetiva democratização do ensino superior, com foco específico no público feminino. O presente estudo é parte do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento (CAPES/MEC), que tinha como meta analisar os efeitos da expansão da educação superior no Brasil a partir das PAA. Trata-se de uma investigação qualitativa com base em entrevistas de cunho narrativo, realizadas com estudantes de diferentes áreas de conhecimento. A análise dos resultados aponta para distintos aspectos que permeiam o processo de afiliação acadêmica à universidade: estereótipos, preconceitos, discriminações, diversidade, inclusão, saberes femininos, dentre outros. A partir da participação de universitárias negras e pobres, são abordadas experiências e reflexões subalternas e marginais, porque excluídas e silenciadas, como é o caso do conhecimento gerado pelas mulheres no âmbito do conhecimento tradicional.

Palavras-chave: educação superior, gênero, justiça cognitiva, mulheres, democratização do acesso

WOMEN IN THE UNIVERSITY: AFFIRMATIVE ACTIONS AND COGNITIVE JUSTICE

Abstract: Positive discrimination policies adopted by Brazilian state universities include ethnic-racial, socioeconomic and educational background aspects and have favored the access of students from lower socioeconomic conditions, and particularly of women, a segment that already represents the majority of higher education students in the country. From this point of view, this research aimed to analyze the results of Affirmative Action Policies (PAA) adopted by UFBA (Federal University of Bahia)

* Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

according to the concept of cognitive justice and its contribution for an effective democratization of higher education, with specific focus on the female segment. The present study is part of *Abdias Nascimento Academic Development Program* (CAPES/MEC), aimed at the analysis of the impacts of the expansion of higher education in Brazil since the PAA. It is a qualitative investigation based on narrative interviews with students from different knowledge areas. The results point out the diverse aspects permeating the process of academic affiliation: among others, stereotypes, prejudice, discrimination, diversity, inclusion, female wisdom. With the poor and afro descendant women's participation in higher education, borderline and subaltern experiences and reflections, formerly excluded and silenced – such as the knowledge produced in the realm of traditional wisdom – have been approached.

Keywords: higher education, gender, cognitive justice, women, democratization

LES FEMMES A L'UNIVERSITÉ: DISCRIMINATION POSITIVE ET JUSTICE COGNITIVE

Résumé: Les politiques de discrimination positive adoptées par les universités publiques brésiliennes englobent des aspects ethniques, raciaux, socio-économiques et de parcours éducationnels. Elles ont favorisé l'accès à l'Université des étudiants d'origine modeste, et surtout des femmes, un segment déjà majoritaire dans les universités brésiliennes. Sous cette perspective, la recherche a pour but l'analyse des résultats des Politiques de Discrimination Positive (PDP) adoptées par l'Université Fédérale de Bahia (UFBA), tout en utilisant le concept de justice cognitive et sa contribution à la démocratisation effective de l'enseignement supérieur, surtout pour le public féminin. La recherche a été réalisée dans le cadre du *Programme de Développement Académique Abdias Nascimento* (CAPES/MEC) dédié à l'analyse des effets de l'expansion de l'enseignement supérieur au Brésil depuis l'implantation des PDP. C'est une investigation qualitative basée sur des entretiens narratifs avec des étudiants de différentes filières universitaires. L'analyse des résultats indique plusieurs aspects qui participent au procès d'affiliation académique à l'université: stéréotypes, préjugés, diversité, discriminations, inclusion, sagesse féminine, entre autres. Avec la participation de femmes pauvres et afrodescendantes ont été abordées des expériences et des réflexions subalternes et marginales, parce qu'écartées et étouffées, telles que la sagesse produite par les femmes dans le domaine de la connaissance traditionnelle.

Mots-clés: enseignement supérieur, genre, justice cognitive, femmes, démocratisation

Introdução

Ao longo do século XX e, especialmente, no início do século XXI, o ensino superior assume novas configurações no contexto das mudanças ocorridas no cenário mundial. As instituições responsáveis por esse nível de ensino enfrentam, na contemporaneidade, novas exigências em

sociedades globalizadas centradas no conhecimento. Uma das exigências mais contundentes diz respeito ao esforço dos países para prover o crescimento dos sistemas nacionais de ensino superior para que se tornem sistemas de massa (Meneghel, 2015).

No contexto brasileiro, a expressiva expansão de matrículas nas universidades decorre de um amplo, longo e complexo processo de enfrentamentos, em que a ampliação das oportunidades de acesso só vai ocorrer, de forma mais intensa e efetiva, a partir do início dos anos 2000. Essa ampliação extemporânea resulta da conjugação de políticas de expansão de instituições, cursos e vagas e, em grande medida, decorre da implementação de políticas específicas, dirigidas a segmentos sociais antes excluídos deste nível de ensino (Heringer, 2018; Honorato & Heringer, 2015; Sampaio, 2011).

Na perspectiva de problematizar e compreender o novo panorama das iniciativas em prol da democratização do acesso ao ensino superior brasileiro, esse texto introduz o debate em torno da universidade e sua relação com os estudos pós-coloniais, área que ganhou importância a partir dos anos 1970 e, de forma geral, se refere ao estudo das interações entre as nações europeias e as sociedades que elas colonizaram no período moderno (Bonnici, 2005). Esses estudos são um aporte conceitual necessário para a discussão de novas propostas e compreensão dos cenários educacionais e epistemológicos que se desenham no Brasil do ponto de vista do acesso à educação de segmentos subalternizados. O diferencial do público que acessa o ensino superior desde então é apresentado, posteriormente, a partir de fragmentos de uma pesquisa que teve como objetivo analisar as trajetórias de estudantes do sexo feminino que ingressaram na UFBA, através das PAA, com foco em diversos aspectos que permeiam a inserção, a assistência e a permanência na universidade, bem como o lugar ocupado pela diversidade e pelo saber feminino na academia. A investigação fez parte do projeto “*Democratização do acesso e justiça cognitiva na educação superior: a contribuição dos estudos pós-coloniais portugueses para a avaliação das ações afirmativas brasileiras* (CAPES/MEC)”. O projeto integra o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias do Nascimento¹, foi realizado em cooperação entre a Universidade de Coimbra e a UFBA e teve como propósito central analisar os resultados das PAA implementadas em nossa universidade, à luz do conceito de *justiça cognitiva* e sua contribuição para a efetiva democratização do ensino superior.

¹ Precursor da ideia de cotas universitárias no Brasil, Abdias Nascimento (1914 – 2011) foi um dos signatários do *Manifesto em Favor da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial* (2008), documento que reivindicava a aprovação de ações baseadas na discriminação positiva daqueles lesados por processos históricos, a população afrodescendente.

A universidade brasileira e os estudos pós-coloniais

O debate sobre o direito à educação e a igualdade de chances na educação superior (ES) brasileira torna-se mais consistente nas últimas décadas, e é parte das transformações recentes no sistema de ensino superior e seus impactos na universidade pública. Almeida Filho (2013, p. 353), ao discutir sobre os “novos desafios para a universidade nova”, afirma que essa instituição continua a “ser um enorme dispositivo social de produção de iniquidades”. Isso porque, além da universidade brasileira persistir como instrumento de desigualdades, cada vez mais tem dificuldades de responder a demandas sociais que se apresentam na cena contemporânea. Para o autor, a universidade falha como dispositivo de inclusão social, o que está relacionado com sua origem colonial e base escravista que perpetua as engrenagens do processo produtivo e de reprodução das diferenças sociais.

Nesta mesma direção caminha Boaventura de Sousa Santos (2016, p. 36) ao ressaltar “a fortíssima herança histórica do colonialismo nas estruturas de poder e saber nas sociedades pós-coloniais”, pois o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece no pensamento e nas práticas modernas ocidentais tal como no ciclo colonial e que, de alguma maneira, se espelha no caráter colonial da universidade moderna. Para Santos (2008, p. 66), a universidade “não só participou na exclusão social das raças e etnias ditas inferiores, como teorizou a sua inferioridade, uma inferioridade que estendeu aos conhecimentos produzidos pelos grupos excluídos em nome da prioridade epistemológica concedida à ciência”. O colonialismo, para além de todas as dominações, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (Santos & Meneses, 2009) e para uma posição de invisibilidade.

A partir desses pressupostos, Santos (2007) situa o pensamento moderno ocidental como um *pensamento abissal*, cuja característica fundamental é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha, já que ela separa as sociedades e as formas de sociabilidade coloniais, em que tudo o que é válido, normal ou ético no lado metropolitano não se aplica no lado colonial da linha (Santos & Mendes, 2017). Essa forma de pensar é mantida pelo mundo contemporâneo, gera relações políticas e culturais excludentes e alcança o conhecimento científico, que gera dicotomias ao separar sujeito e objeto. Deste modo, a ciência sempre serviu aos grupos sociais dominantes com maior acesso ao conhecimento, comprometendo, assim, a *justiça cognitiva*, conceito proposto, de forma simultânea, pelo intelectual indiano

Shiv Visvanathan (1997) e por Boaventura Santos (2013), que reivindica a construção de um novo paradigma científico, aberto a epistemologias subalternizadas pela ótica colonial, especialmente nos países do sul.

Para superar esse dualismo, Santos (2007) defende a adoção do *pensamento pós-abissal*, que parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e que esta diversidade continua desprovida de uma epistemologia adequada. Esse pensamento pode ser sintetizado como um aprender com o Sul usando uma *epistemologia do Sul*. O Sul em referência é concebido como a metáfora do sofrimento humano, sistêmico e injusto, provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo. É um Sul anti-imperial, epistemológico, não-geográfico, composto de muitos “suis” epistemológicos (Santos & Mendes, 2017).

Na perspectiva pós-colonial, as *epistemologias do Sul* constituem uma reivindicação de novos processos de produção, de valorização de conhecimentos válidos, científicos e não científicos, e de novas relações entre diferentes tipos de conhecimento, a partir das práticas das classes e grupos sociais que sofreram, de maneira sistemática, destruição, opressão e discriminação causadas pelos processos de dominação (Santos & Mendes, 2017) que atuam nas sociedades contemporâneas. Trata-se de um “conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos *ecologias de saberes*” (Santos & Meneses, 2009, p. 13).

De forma geral, a *ecologia de saberes* é um convite à conversão da diversidade num fator de visibilidade, enriquecimento e força coletiva, de modo que não se desperdice qualquer experiência social de luta e resistência. Essa ecologia abrange as relações entre o conhecimento científico e o não-científico, a promoção de diálogos entre o saber produzido pela universidade e saberes populares, tradicionais e leigos que circulam nos espaços sociais. A partir dessa ecologia de saberes, Santos (2007, 2008) propõe uma revolução epistemológica no seio da universidade, pois, em sua concepção, o saber só existe como pluralidade de saberes. Nessa perspectiva, a *justiça cognitiva* poderia ser alcançada pela “descolonização” de saberes e práticas e seria resultante do *pensamento pós-abissal* (Santos, 2007, 2008, 2016): “a justiça cognitiva, enquanto nova gramática global, contra-hegemônica, reclama, acima de tudo, a urgência da visibilidade de outras formas de conhecer e experimentar o mundo, especialmente dos saberes marginalizados e subalternizados” (Meneses, 2009, p. 236).

A democratização do acesso ao ensino superior é apontada por Santos (2005, 2007) como um caminho para a justiça global e para a *justiça cognitiva*, a partir da adoção de uma ecologia de saberes que leve em conta o lado subalterno da diferença colonial: o lado da periferia, dos trabalhadores, dos indivíduos racializados/colonizados, das mulheres, entre outros que participam do processo de produção de conhecimento.

Discorrer sobre esse novo panorama tem sido objeto de interesse de muitos pesquisadores em distintos campos de conhecimento, nos últimos anos. Estudos realizados por Heringer e Klitzke (2017), Heringer (2015) e Sampaio (2011), dentre outros, que buscaram, em diferentes perspectivas, compreender as questões envolvidas nesse novo momento da ES, evidenciam os avanços positivos alcançados com a efetivação desses dispositivos que reconfiguraram a universidade brasileira, tornando-a mais heterogênea em seu público ao promover oportunidades para pessoas que fazem parte de grupos vitimados por diferentes formas de discriminação, preconceito e exclusão.

PAA e a participação feminina na educação superior brasileira

A universidade pública, no Brasil, é uma instituição que apresenta um importante índice de segregação econômica e racial e, desde seus primórdios, está destinada às classes mais abastadas. Este ambiente formativo teve seu *status quo* questionado a partir da introdução de políticas com vistas à democratização do acesso nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) através da implementação dos programas de ações afirmativas (Meneghel, 2015; Vasconcelos, Santos, & Sampaio, 2017).

As políticas afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que buscam remediar um passado discriminatório com o objetivo de “acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, as mulheres, dentre outros grupos” (Piovesan, 2005, p. 40). Como políticas compensatórias, elas atuam de forma a assegurar a diversidade e a pluralidade social, cruciais para o projeto democrático de qualquer sociedade.

No Brasil, as reivindicações para a criação de mecanismos de discriminação positiva surgiram a partir de pressões feitas por movimentos e organizações sociais, particularmente no início deste século, para a ampliação de vagas no ensino superior público e estão fundamentadas nos princípios de igualdade e proporcionalidade. De acordo com Espírito Santo, Santos e Sampaio (2013), o conceito de ações afirmativas ultrapassa o caráter de política antidiscriminatória, já que elas trazem a ideia de compensar, no presente, determinados segmentos sociais pelos obstáculos que seus membros enfrentam, por motivo de discriminação e marginalização no passado, como é o caso dos/as estudantes oriundos/as das escolas públicas, pobres, afrodescendentes e indígenas. Foram esses os segmentos contemplados com a promulgação da Lei n.º 12.711/2012, a “Lei de Cotas”, pela presidenta Dilma Rousseff, que determinou, para esse público, a reserva de 50% das vagas em IFES. Antes desse dispositivo legal, esses grupos tinham acesso limitado ao ensino superior, seja por não conseguirem uma vaga na disputa acirrada em universidades

públicas, totalmente gratuitas e comprovadamente com melhor nível acadêmico, seja por não disporem de recursos financeiros para sustentar sua formação em instituições privadas, que perfazem a maioria dos estabelecimentos de ensino superior no país, em torno de 75% (INEP, 2019). Assim, cada vez mais, chegam às IFES brasileiras estudantes com perfil sociodemográfico bastante distinto do público que acessava anteriormente esse nível de ensino (Meneghel, 2015; Piotto & Tetzlaff, 2017; Sampaio, 2011).

A inclusão desses/as “novos/as estudantes” é origem de novas questões que precisam ser consideradas e estão pautadas nos aspectos da entrada e da permanência neste nível de ensino, das políticas de assistência estudantil que visam prover as condições materiais de existência, questões relacionadas ao gênero, à raça, preconceitos e discriminações e outras dimensões simbólicas como a afiliação (Heringer, 2015; Heringer & Klitzke, 2017; Honorato, 2015; Portes, 2015; Sampaio & Santos, 2012). A *afiliação* é um conceito proposto pelo sociólogo francês Alain Coulon (2013, 2017) que se refere ao processo em que aqueles que chegam ao ensino superior descobrem e aprendem a utilização dos numerosos códigos, institucionais e intelectuais, indispensáveis ao exercício do seu ofício de estudante.

As experiências que esses novos públicos trazem para a ES confrontam o conhecimento produzido na universidade com outros tipos de conhecimento. As medidas adotadas de ação afirmativa nas IFES assumem, por isso, grande relevância na medida em que elas são, potencialmente, terreno propício à efetivação da justiça cognitiva (Santos, 2005). Contudo, isso dependerá de diversos fatores e, principalmente, da postura das instituições frente à diversidade que passa a transitar nesse ambiente e reivindica a descolonização de saberes e práticas. No caso das mulheres, a desigualdade de gênero está enraizada na própria academia, em suas esferas mais qualificadas, pois, fruto de uma longa tradição patriarcal, não conhece limites geográficos nem culturais.

Gênero é um dos marcadores de diferença cuja articulação resulta em não inclusão e influência a posição dos atores sociais na sociedade como um todo. Nesse contexto, o debate sobre as relações entre gênero e educação tem-se mostrado fundamental para a interpretação das sociedades contemporâneas, assim como para a definição de estratégias de desenvolvimento no campo educacional. Por todo o mundo, as desigualdades de gênero estão presentes na história da educação, campo em que as mulheres são recorrentemente excluídas ou têm sua participação pouco valorizada (Assumpção, 2014).

No Brasil, após a implementação das PAA, é possível observar um lento processo de mudança nesse cenário que tem início com os indicadores quantitativos. A maior representatividade da população de mulheres nas universidades é registrada nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicados em 2011, quando as estudantes já eram maioria entre o público discente. Naquele ano, elas representavam 57,10% do total de matriculados, com a tendência

de se manter em destaque em todas as regiões do país (Assumpção, 2014). Essa previsão foi confirmada no Censo da Educação do Ensino Superior (INEP, 2018) e o que aqui precisa ser ressaltado sobre esses indicadores é que 61,10% das mulheres que ingressam nas instituições de ensino concluem seus cursos, contra 38,90% do público masculino.

Esse incremento da participação feminina nessa etapa da educação desenha um novo panorama nas universidades, uma vez que o ingresso no ensino superior era, desde seu início, um privilégio masculino (Assumpção, 2014). A partir das trajetórias femininas na ES, a feminização de ocupações e profissões sinaliza os avanços das mulheres nas últimas duas décadas, embora ainda persistam desigualdades de gênero e diferenças, quando comparadas ao grupo dos homens (Yannoulas, 2013). Ainda que seu impacto na transformação do campo educacional e científico demande análises e problematizações, é fato que as mulheres entram no espaço público e nos espaços do saber transformando esses campos, recolocando questões, fazendo novas perguntas e aportando novos argumentos. Nesse movimento, reivindicam um lugar na ciência e na forma hegemônica e masculina de interpretar o mundo. Além da maior representação desse segmento nas IFES, a ampliação de oportunidades sociais com a adoção das PAA acrescenta o diferencial de permitir o ingresso de “novas” estudantes, “novas” realidades nos contextos universitários que, igualmente, reivindicam espaço na academia.

A partir dessas considerações, a pergunta que serviu de mote para conhecer as trajetórias das estudantes foi: *como se dá o acesso e a permanência de estudantes do sexo feminino, pelas PAA, na UFBA?* Essa proposição se relaciona com o objetivo geral do nosso projeto de avaliar a expansão do acesso às instituições de educação superior brasileiras, sob a ótica do conceito de justiça cognitiva, com vistas a propiciar sua sustentabilidade.

Método

A questão de pesquisa e os objetivos definidos na presente investigação estão pautados numa compreensão dinâmica e sistêmica compatível com a investigação qualitativa para a coleta de dados, pela necessidade de abordar o universo estudado de forma minuciosa. A pesquisa qualitativa, de acordo com Yin (2016), abrange as condições contextuais em que as pessoas vivem e visa contribuir para a compreensão de conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a uma aproximação da complexidade do comportamento social humano. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório.

Contexto da pesquisa

O estudo teve lugar na UFBA, criada em 1946 e situada em Salvador, Bahia, a primeira cidade e capital do Brasil colonial e uma das primeiras IFES a adotar as PAA. A investigação está integrada na pauta de ações do Observatório da Vida Estudantil (OVE), grupo de pesquisa interinstitucional criado em 2007, do qual fazem parte instituições públicas de ensino superior do Estado da Bahia, em parcerias com outras instituições do país e do mundo, dentre elas a Universidade de Coimbra, onde parte deste estudo foi realizado pela primeira autora, sob orientação da segunda.

Participantes

Conforme o item III da Resolução n.º 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, “Aspectos Éticos da Pesquisa envolvendo Seres Humanos”, § 1, sobre o processo de Consentimento Livre e Esclarecido da população-alvo, as participantes foram informadas sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Participaram da investigação oito mulheres que ingressaram na universidade por meio das PAA na faixa etária dos 20 aos 28 anos, pobres e de raça negra. São estudantes dos cursos de Psicologia, Artes Plásticas, Nutrição, Engenharia Civil e Bacharelado Interdisciplinar (BI) de Artes².

Instrumentos e procedimentos de coleta e análise de dados

Como instrumentos de coleta dos dados empíricos, foi utilizado um *questionário sociodemográfico* para informações sobre aspectos da vida escolar e das condições socioeconômicas das mulheres. Em seguida, uma *entrevista narrativa* foi aplicada individualmente a cada estudante. Essa modalidade de entrevista foi proposta por Fritz Schütze (2013) e favorece a expressão do sujeito a partir do contexto de seu grupo, gênero, raça, classe social, momento histórico, social e cultural. Esse dispositivo se constitui em uma maneira específica de produção de dados, proposta pelo autor, por meio da reconstrução dos acontecimentos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos de uma investigação. Idealizada para compreender os contextos em que as

² Os Bacharelados Interdisciplinares (BI) seguem uma nova proposta acadêmica baseada em um regime de ciclos e estão agrupados em quatro áreas de concentração: Artes, Ciência e Tecnologia, Humanidades e Saúde, e propõem uma articulação entre essas áreas do conhecimento. A grade curricular do curso é flexível, composta por atividades complementares, componentes com livre escolha dos estudantes, disciplinas obrigatórias e optativas. Na UFBA é possível cursar um BI e depois migrar para os Cursos de Progressão Linear (CPL), tradicionalmente oferecidos pelas universidades (Gama, 2019).

biografias foram construídas, os fatores que produzem mudanças e motivam as ações dos portadores da biografia, essa entrevista produz textos narrativos sobre as experiências das pessoas, expressando maneiras como os seres humanos vivem o mundo por meio de histórias pessoais, sociais e coletivas. Ela tem como objetivo incentivar a produção de uma narrativa pelo depoente e, aqui, teve como questão central formulada às estudantes: “*Como foi o seu percurso até chegar à universidade?*”. As entrevistas foram gravadas e transcritas em sua integridade. A análise desse material se realizou, primeiramente, por meio de um processo de imersão nos dados coletados e, em seguida, foram construídas categorias a partir de temas recorrentes. As jovens tiveram suas identidades preservadas e foram usados nomes fictícios, por elas escolhidos, para aqui identificá-las. A seguir será apresentado um breve recorte dos resultados encontrados.

Resultados e discussão

Análise institucional

A UFBA apresenta um diferencial em seu perfil discente por apresentar predominância feminina nos cursos de graduação, 62,3%, percentual acima da média nacional, que é de 54,6% (ANDIFES, 2019). De acordo com informações da instituição, o contingente de mulheres também é maior entre os/as estudantes que ingressaram pelas reservas de vagas, desde 2005, quando o Programa de Ação Afirmativa foi implantado, até 2017, num total de 51,28% do segmento estudantil. Cinco áreas da graduação apresentam um predomínio no ingresso desse público, com destaque para a saúde e, a seguir, as ciências humanas. O domínio masculino se mostra preservado apenas nas ciências exatas e em poucos cursos, como os dois mais concorridos: Medicina e Direito. A constatação de uma maior parcela do segmento feminino com diploma universitário tem sido uma tendência apontada desde o Censo Populacional de 2000 e essa feminilização acarreta novas especificidades e demandas. Isso confirma o fenômeno do incremento da presença de mulheres em novos espaços ocupacionais e em novas profissões, como podemos verificar em diferentes estudos (Assumpção, 2014; Yannoulas, 2013), processo permeado de lutas e com implicações sociais, culturais e políticas.

Análise sociodemográfica

As informações trazidas pelas estudantes corroboraram dados da literatura no que se refere à sobrecarga que recai sobre o público discente que dispõe de poucos recursos financeiros para

se manter enquanto estão na universidade (ANDIFES, 2019; Portes, 2015). A vulnerabilidade ocupacional foi encontrada em todas as famílias, com quatro delas chefiadas por mães sozinhas que enfrentam diversos desafios para assegurar a sua subsistência. Esse contexto expõe a realidade socioeconômica difícil das estudantes, que estão dentro do perfil da maioria dos/as cotistas que tem renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio (ANDIFES, 2019). Essa situação se torna mais complexa para sete entrevistadas, que migraram do interior do Estado para Salvador em virtude da aprovação na UFBA em busca da realização desse sonho, das carreiras que escolheram seguir, vislumbrando um destino melhor para si e para seus familiares. Nesse particular, as jovens estão incluídas nos 30,5% dos/as estudantes brasileiros/as que se deslocam de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade (ANDIFES, 2016), apresentando, portanto, necessidade de moradia e apoio efetivo.

As estudantes relataram grande interesse pelos estudos desde a infância, apresentavam um bom desempenho escolar, eram consideradas estudiosas, “*ótimas alunas*” e se destacavam em suas turmas, como é o caso de Emanuele, estudante de Psicologia: “Em questão de rendimento (...) sempre fui a melhor aluna na escola, todos os professores me conheciam justamente por causa disso, (...) e era o modelo para os professores”.

No geral, a família das participantes possui poucos anos de estudo e, à exceção de uma das estudantes, que tem a mãe com curso de licenciatura, todas elas inauguram esse lugar de ser universitária na família; por isso serem chamadas, na literatura, de “novas estudantes” (Heringer, 2015; Honorato, 2015), por terem origem nas classes populares, serem egressas do ensino público, afrodescendentes e alcançarem essa posição inédita em seu microsistema familiar, trazendo consigo uma diversidade de questões que discutiremos a seguir.

Políticas afirmativas, assistência e afiliação estudantil

No início da vida acadêmica, por si só carregado de distintas expectativas, os entraves oriundos da pobreza material foram os mais preocupantes para as estudantes. Em função dessa situação, todas elas dependiam de auxílio institucional para permanecer em seus cursos, e o tempo para conseguir esse benefício é variável, já que depende da apresentação de documentação comprobatória da necessidade e da alocação das vagas disponíveis para o semestre letivo. Nessa perspectiva da assistência, todas as participantes oriundas do interior se habilitaram ao auxílio moradia, mas a obtenção desse recurso se mostrou um processo árduo em todas as trajetórias estudantis relatadas em virtude da crescente demanda para uma parca quantidade de verbas destinadas a esse fim pelo programa de assistência estudantil do MEC. O fator financeiro tem maior peso principalmente para as estudantes que deixam suas famílias e, de acordo com a

ANDIFES (2019), as dificuldades socioeconômicas de uma parcela significativa do segmento estudantil são identificadas como uma das causas da evasão e da retenção. Fica posto então que a privação material é a maior expressão do desafio que as políticas de assistência estudantil das IFES têm à sua frente.

Concomitante ao processo para assegurar o mínimo necessário das condições materiais para viver, ocorrem os trâmites para alcançar a permanência simbólica. Nessa direção, e de acordo com Honorato (2015), a sociologia da educação sinaliza, além das dificuldades materiais, as dificuldades culturais, simbólicas ou com o domínio do “trabalho acadêmico” como parte do conjunto para prosseguir no ensino superior. A autora destaca que as ações de permanência têm caráter universal, pois dizem respeito aos/às estudantes de forma geral. Essas são mais amplas e englobam os aspectos referentes a distintas formas de inserção plena no ensino superior, tais como programas de iniciação científica, projetos de extensão, entre outras atividades, incluindo o processo de afiliação estudantil.

As estudantes sinalizaram uma vivência perpassada por adversidades desde que ingressaram na educação superior, para que pudessem, de fato, se sentir parte desse novo mundo que é a universidade. De forma geral, os primeiros semestres foram os mais difíceis e de caráter decisivo para não abandonarem a UFBA, o que está em consonância com as ideias desenvolvidas por Coulon (2017) ao afirmar que os/as estudantes de primeiro ano, cujo nível é muito heterogêneo, enfrentam, frequentemente, grandes dificuldades depois da entrada no ensino superior. No período que antecede a afiliação propriamente dita, os/as novos/as estudantes experimentam um tempo de estranheza ao longo do qual se sentem separados/as de um passado familiar que seria o mundo da escola que acabaram de deixar.

No sentido geral, as estudantes, cada uma à sua maneira, conseguiram atravessar esse processo, inclusive com todos os percalços que enfrentam para garantir sua subsistência e alcançarem a permanência, com a consequente afiliação estudantil. No crítico percurso dos primeiros semestres letivos, elas trilharam suas trajetórias para apropriação dos recursos culturais e simbólicos de forma quase que solitária, recorrendo a apoios não institucionalizados com pessoas com quem mantinham algum relacionamento. Um recurso adicional que foi destacado por sete participantes foi a adesão a grupos de iniciação científica de suas respectivas áreas de formação. Local privilegiado para aprendizagem do “ofício de estudante” (Coulon, 2017) e facilitador do contato com outros discentes, esses grupos agregam valor financeiro ao auxílio que já recebiam, são um espaço no qual as jovens puderam vivenciar diversas experiências acadêmicas, além de funcionarem como um espaço acolhedor, com poucas pessoas que se conhecem e onde são criados vínculos, ampliando as chances de superação das dificuldades pela ajuda humana que podem propiciar. Iara, que frequentou o curso de Psicologia, enfatiza a relevância do grupo de pesquisa em sua trajetória:

A bolsa da pesquisa foi o espaço de extrema importância pra minha permanência... digamos intelectual. É o que a gente chama de permanência simbólica. Eu tive a permanência material pela Universidade, que foi muito importante, mas eu consegui um espaço assim, que eu me sentia acolhida. Eu me sentia trabalhando com doutores, com mestres, mas com pessoas muito próximas de mim, mesmo sendo doutores e mestres. (...). Então assim, eu me sentia acolhida nesse espaço. Então foi um espaço extremamente importante pra minha permanência na Universidade porque em vários momentos eu quis jogar tudo pro alto, eu entrei em parafuso, eu chorava... (...) Eu começava a entender o meu lugar, porque que eu tava ali, porque eu vivia aquilo, o porquê a Universidade se movimentava daquela forma, o que era a Universidade. Então foi um espaço de conhecimento de mim e do espaço. Então contribuiu com a minha afiliação na Universidade, contribuiu com a minha permanência na Universidade, e foi muito importante. (Iara)

Diversidade e saberes femininos

A diversidade é um aspecto presente na discussão acerca das PAA, uma vez que essas políticas ampliam o contingente populacional que adentra no contexto da ES no que se refere à origem social e escolar, gênero e raça. Em nossas entrevistas, houve uma uniformidade nas opiniões de que há diversidade na universidade, contudo, ela se refere, em grande proporção, apenas à presença quantitativa dos diferentes segmentos que agora têm acesso às IFES, como Alice, do BI Artes, relata:

Eu acho que a Universidade hoje é bem diversa, porque tá aberta... Infelizmente, ela não está aberta a todo o público (...). Ela deveria tá aberta pra muito mais pessoas, mas ela tá com bastante diversidade. Ela tem alunos de diversas idades, desde menores de idade até idosos, de diversas classes sociais, de diversas classes econômicas. Alunos que estudaram em escola pública, alunos que estudaram em escola particular, alunos oriundos de cota, alunos negros, alunos brancos, alunos pardos, alunos indígenas, quilombolas. Eu acho que tá bastante diversa. (Alice)

Embora parte das jovens tenha informado que não fora alvo de discriminação direta em seus respectivos cursos, foram relatadas situações que evidenciam práticas discriminatórias a partir do momento em que a academia abre as portas para um “novo” público. Essa realidade foi identificada na relação docente-discente e entre os/as estudantes, especificamente no que se refere à classe social e à forma de ingresso na UFBA. Na Engenharia Civil, a estudante narrou a distinção por ser cotista e por ter entrado no curso através do BI Ciências e Tecnologias, de onde migrou. Em Artes Plásticas, Marcela observou o tratamento diferenciado de alguns/algumas professores/as para os/as estudantes de maior poder aquisitivo e o distanciamento desses/as colegas, que formavam um grupo fechado. Esse diferencial de classe também foi trazido pelas estudantes de Psicologia. Iara pontuou essa situação que a afetou por ser pobre e por ter ingressado, via PAA, num curso antes frequentado, majoritariamente, por membros da classe média:

“Foi um processo difícil também na relação com os colegas. Eu me sentia constrangida na Universidade, me sentia deslocada, numa turma tão elitista”. Apesar disso, a estudante reconhece a importância das ações afirmativas no ingresso nas IFES:

Fica claro que é um reflexo da democratização do acesso, o que não quer dizer que nós estamos numa Universidade democrática. Porque eu ainda sinto a UFBA extremamente elitista em todos os âmbitos. Então a gente abriu sim, acesso, maior acesso pra essa população de origem popular, uma população que vem da escola pública. (Iara)

Em paralelo às formas de tratamento diferenciado, estar nesse ambiente de formato colonial, como a universidade, exige também o enfrentamento de distintas situações que confrontam o velho e o novo, saberes tradicionais e saberes acadêmicos, dominantes e subalternizados, o que pôde ser particularmente observado ao abordar, nas entrevistas, as temáticas da formação, da inclusão social e do saber feminino na universidade.

Alguns desses aspectos emergiram nas entrevistas quando foram abordados os temas da construção do *saber acadêmico* e, particularmente, do espaço que o saber que a estudante traz ocupa no contexto da universidade. Iara sintetiza em poucas palavras o que parece ser de maior representatividade no CPL em relação à inclusão da experiência da estudante na construção do saber acadêmico: “Não, não tem espaço, não tem espaço. A lógica ainda é do depósito do conhecimento. A lógica ainda é de que você veio aprender algo que você ainda não sabe, então o que você sabe não importa”.

Os cursos com maior representação masculina nesta pesquisa – Engenharia Civil e Artes Plásticas – apresentaram as maiores tendências conservadoras no sentido de acolher o saber que as estudantes trazem. Marcela, de Artes Plásticas, relata que a questão vem das raízes da própria unidade de ensino e as estudantes passam a questionar em que momento o saber da mulher é levado em consideração. No caso da Engenharia Civil, a situação é mais complexa, provavelmente por se tratar de um curso com formato rígido e hierárquico. A estudante Fa expõe que, em sua unidade de ensino, a questão da experiência e do saber dos discentes não é considerada, o que é o exato oposto do que ocorria quando estava no BI:

No BI tinha momentos que a gente conversava (...). A gente levava uma pauta e ficava conversando sobre isso, cada um contava sua experiência. Na Poli [Engenharia] não tem isso. (...) é como se os professores estivessem num patamar além do seu e a gente não é tratado assim, de igual para igual. (...) O BI está sempre em vantagem nesses aspectos: na verdade foi discutido em muitas aulas questão de preconceito, racismo, machismo, feminismo. (Fa)

A estudante trouxe, ainda, a posição de gênero bem demarcada numa área com tradição masculina em que é crescente a inserção feminina:

O que acontece às vezes, eu já vi alguns casos, tipo a menina deixar de estar feminina, aparentemente feminina, para ter voz na sala de aula, para ser levada a sério. Eu tenho uma amiga que ela fala pra mim: “Eu parei de vir de sandália, de saia, para ver se me levavam a sério. Porque eu falava e parece que ninguém escutava. No dia em que eu mudei de postura, eu cheguei aqui de cabelo preso, tênis, calça e camiseta, todo mundo me escutava”. Ou seja, ainda tem isso lá. Eu não ligo muito não, eu me coloco mesmo, falo mesmo. O dia que eu quiser ir de saia eu vou, no dia que eu quiser ir de calça, eu vou de calça. No dia que eu quiser ir hippie, eu vou hippie. Não importa. Não me importo com isso não, mas pesa. (Fa)

Na contramão desse cenário, a presente investigação demonstrou outra realidade no tratamento das questões do feminino no BI Artes e nos cursos que são espaços cativos das mulheres, ou nas carreiras cujas características guardam alguma analogia com as tarefas do mundo doméstico, tradicionalmente exercido pelas mulheres e voltadas para a maternagem e o cuidado com os demais, como Nutrição e Psicologia. Em ambos os casos, as estudantes narraram o envolvimento de parte do corpo discente nas lutas em defesa de questões relacionadas ao feminino, com destaque para ações promovidas pelos diretórios acadêmicos. Rute segue na mesma direção ao relatar que, embora com “pouca representatividade”, há professoras fazendo “esse movimento na Psicologia, de falar sobre a mulher, sobre o espaço da mulher”.

Nesta questão relativa ao saber feminino, o diferencial foi trazido por Alice quando pontua o espaço e acolhimento que ações desenvolvidas pelas estudantes desfrutam na unidade de ensino onde ocorrem as aulas dos BI. Ela também destaca o movimento feito pelas estudantes ao ocuparem uma posição ativa na publicização de distintos aspectos da vida feminina e que essas mobilizações são “bem acolhidas” pelos/as professores/as. As estudantes que tiveram a experiência de cursar algum dos BI relatam uma proposta que mais se aproxima da ecologia de saberes sugerida por Santos (2007, 2008) e cuja estrutura e ação pedagógica dão suporte à efetivação da justiça cognitiva no aspecto do acolhimento das experiências que as estudantes trazem, e por dispor de um espaço para acolher o saber feminino, ainda que esse último ocorra mais por parte da iniciativa do público discente. Também é possível perceber aí um maior diálogo com a ecologia dos saberes. Nessa perspectiva, e como preconiza o autor, os saberes só podem ser explorados e valorizados se comparados com outros saberes, em situações semelhantes de poder e cuja experiência se traduz em narrativas espessas.

Algumas considerações

A partir da proposta desta pesquisa e embasada nos dados coletados na fase de campo, é possível afirmar que as medidas adotadas pelas PAA têm sim favorecido o ingresso de um novo público ao ensino superior, como a população alvo desta investigação. De forma geral, as parti-

cipantes ocupam lugar de destaque em suas respectivas famílias por fazerem parte da primeira geração a acessar esse nível de ensino, e esta possibilidade de diversificação do perfil dos/as estudantes que ingressam nas IFES é uma mudança expressiva que as PAA têm assegurado.

Em meio aos relatos de seus cotidianos de esforços e provações, principalmente nos primeiros semestres, as estudantes foram unânimes em afirmar a importância crucial destas políticas, a grande chance de ingressarem no ensino superior, sem as quais não teriam condições de acessar a universidade. A mesma valorização foi dada aos auxílios assistenciais que recebem e que significam a garantia, ainda que de forma precária por conta do valor que é pago, da satisfação das necessidades básicas, porém insuficientes, para a aquisição de material pedagógico e outras necessidades acadêmicas. Ficou evidente que as dificuldades associadas à permanência na universidade podem comprometer o bom desempenho, em função tanto das dificuldades materiais quanto simbólicas, culturais e acadêmicas em relação à manutenção da estudante na capital e na universidade, respectivamente. Essas questões sinalizam os muitos desafios colocados para que não sejam frustradas as propostas de inclusão e democratização do acesso ao ensino superior resultante das políticas de cotas recentemente implantadas, problemática levantada também em outros estudos (Heringer, 2015; Portes, 2015).

As estudantes agregam características que as colocam em posição de inferioridade por serem mulheres, negras, pobres, do interior e cotistas, aspectos que as posicionam do outro lado da linha abissal, onde impera uma condição de invisibilidade, subalternidade e silenciamento. O ingresso desse segmento na universidade pública brasileira, elitista, pautada no modelo colonial e patriarcal, provoca uma ruptura na tradição da ES e exige pensar em ações inovadoras, no âmbito do ensino, da pesquisa e extensão, que considerem os percursos e as experiências cotidianas desse público cada vez mais diversificado. Observar essas peculiaridades em interação com tantas outras questões foi fundamental para apontar, como desafio primordial, a natureza das ações e políticas que possam garantir não só o acesso, mas igualmente a assistência, a permanência e o sucesso acadêmico dessas estudantes e a todo segmento discente que almeja maior longevidade escolar e depende dessas políticas para ingressar e se manter na universidade.

A garantia de maior equidade no acesso à educação superior trazida pela constitucionalidade da Lei 12.711/2012 revela um maior comprometimento com a justiça social ao favorecer o ingresso de estudantes de origem popular num ambiente formativo em que eles/as também têm o direito de transitar. Mais que isso, ao validar a entrada na educação superior de um contingente que estava à sua margem, essa Lei, em alguma medida, expõe a necessidade da construção de um novo modelo de universidade, de forma coletiva e pensada a partir de seus sujeitos, para que essa possa funcionar de forma a acolher e incorporar toda a diversidade desse público, com seus saberes e experiências e, assim, iniciar a transição de saberes científicos únicos para a ecologia de saberes, que agregaria, necessariamente, a justiça cognitiva.

Agradecimentos: Pesquisa financiada pelo Programa de Desenvolvimento Acadêmico do Nascimento (MEC/CAPES), Brasil.

Correspondência: Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Instituto de Psicologia da UFBA – Rua Professor Aristidis Novis, 197 – Federação, Salvador, Bahia, CEP 40.210-630.

Email: jacirasbarbosa@uol.com.br

Referências bibliográficas

- Almeida Filho, Naomar (2013). Novos desafios para a universidade nova radicalizar a inclusão social na educação superior brasileira. In Georgina Santos & Sonia Sampaio (Orgs.), *Observatório da vida estudantil: Universidade, responsabilidade social e juventude* (pp. 353-380). Salvador: EDUFBA.
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino – ANDIFES (2016). *IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das instituições federais de ensino superior brasileiras, 2014*. Retirado de arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2016148075eca434327469c267f6e95dd/Perfil2016.pdf
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino – ANDIFES (2019). *V Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das instituições federais de ensino superior brasileiras, 2018*. Retirado de <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>
- Assumpção, Andreia S. (2014). A mulher no ensino superior: Distribuição e representatividade. *Cadernos do GEA*, 3(6). Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP.
- Bonnici, Thomas (2005). Avanços e ambiguidades do pós-colonialismo no limiar do século 21. *Lêgua & Meia: Revista de Literatura e Diversidade Cultural*, 4(3), 186-202.
- Coulon, Alain (2013). O ofício de estudante: A entrada na vida universitária. *Educação e Pesquisa*, 43(4), 1239-1250.
- Coulon, Alain (2017). Universidade e responsabilidade social. In Georgina Santos & Sonia Sampaio (Orgs.), *Observatório da vida estudantil: Universidade, responsabilidade social e juventude* (pp. 313-317). Salvador: EDUFBA.
- Espírito Santo, Ana, Santos, Georgina, & Sampaio, Sonia (2013). Ação afirmativa: Uma resposta à crise de legitimidade das universidades públicas. In Georgina Santos & Sonia Sampaio (Orgs.), *Observatório da vida estudantil: Universidade, responsabilidade social e juventude* (pp. 197-218). Salvador: EDUFBA.
- Gama, Lua (2019). BI na UFBA: Conheça a graduação que propõe ampla formação aos estudantes. *Agenda Arte e Cultura UFBA*. Retirado de <https://www.agendartecultura.com.br/noticias/bi-ufba-conheca-gradua-cao-propoe-ampla-formacao-estudantes/>
- Heringer, Rosana (2015). O acesso ao curso de pedagogia da UFRJ: Análise a partir dos ingressantes em 2011-2012. In Gabriela Honorato & Rosana Heringer (Orgs.), *Acesso e sucesso no ensino superior: Uma sociologia dos estudantes* (pp. 33-47). Rio de Janeiro: 7letras: FAPERJ.
- Heringer, Rosana (2018). Democratização da educação superior no Brasil: Das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 19(1), 7-17.

- Heringer, Rosana, & Klitze, Melina (2017). O ENEM/SISU e as ações afirmativas em cursos de prestígio da UFRJ. In Georgina Santos, Letícia Vasconcelos, & Sonia Sampaio (Orgs.), *Observatório da vida estudantil: Dez anos de estudos sobre vida e cultura universitária, percurso e novas perspectivas* (pp. 37-58). Salvador: EDUFBA.
- Honorato, Gabriela (2015). Investigando “permanência” no ensino superior: Um estudo sobre cotistas do curso de pedagogia da UFRJ. In Gabriela Honorato & Rosana Heringer (Orgs.), *Acesso e sucesso no ensino superior: Uma sociologia dos estudantes* (pp. 96-132). Rio de Janeiro: 7letras: FAPERJ.
- Honorato, Gabriela, & Heringer, Rosana (2015). Acesso e sucesso no ensino superior e a pesquisa no curso de pedagogia da UFRJ. In Gabriela Honorato & Rosana Heringer (Orgs.), *Acesso e sucesso no ensino superior: Uma sociologia dos estudantes* (pp. 7-40). Rio de Janeiro: 7letras: FAPERJ.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2011). *Retrato das desigualdades de gênero e raça* (4.ª ed.). Brasília: Ipea. Retirado de <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2018). *Censo da educação superior 2017*. Retirado de download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/apresentacao_censo_superior2017F.pdf
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2019). *Censo do ensino superior 2018*. Retirado de http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf
- Manifesto em favor da lei de cotas e do estatuto da igualdade racial* (2008). Brasília, 3 de julho de 2006. Retirado de <https://www.geledes.org.br/confira-a-integra-do-manifesto-a-favor-das-cotas/>
- Meneghel, Stela (2015). Prefácio. In Georgina Santos, Sonia Sampaio, & Ava Carvalho (Orgs.), *Observatório da vida estudantil: Avaliação e qualidade no ensino superior: Formar como e para que mundo?* (pp. 9-20). Salvador: EDUFBA.
- Meneses, Maria Paula (2009). Justiça cognitiva. In Pedro Hespanha, Antonio Cattani, Jean-Louis Laville, & Luiz Inácio Gaiger (Orgs.), *Dicionário internacional da outra economia* (pp. 231-236). Coimbra: Almedina/CES.
- Piotto, Débora, & Tetzlaff, Iris M. (2017). Estudantes do ensino médio público na USP e a questão da escolha da escola. In Georgina Santos, Letícia Vasconcelos, & Sonia Sampaio (Orgs.), *Observatório da vida estudantil: Dez anos de estudos sobre vida e cultura universitária, percurso e novas perspectivas* (pp. 21-35). Salvador: EDUFBA.
- Piovesan, Flávia (2005). Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In Sales Santos (Org.), *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas* (pp. 33-44). Brasília: MEC.
- Portes, Écio (2015). E agora, José?!. In Gabriela Honorato & Rosana Heringer (Orgs.), *Acesso e sucesso no ensino superior: Uma sociologia dos estudantes* (pp. 135-141). Rio de Janeiro: 7letras: FAPERJ.
- Sampaio, Sonia (2011). Introdução. In Sonia Sampaio (Org.), *Observatório da vida estudantil: Primeiros estudos* (pp. 13-25). Salvador: EDUFBA.
- Sampaio, Sonia, & Santos, Georgina (2012). *O conceito de afiliação estudantil como ferramenta para a gestão pedagógica da educação superior*. Comunicação apresentada na Conferência Forbes: Fórum do ensino superior nos países e regiões de língua portuguesa, Macau. Retirado de www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/Sampaio-Sonia-UFB-Brasil.pdf

- Santos, Boaventura de Sousa (2005). A justiça social vai obrigar a que se comprometa com a justiça cognitiva [Entrevista]. *Diversa: Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, 3(8). Retirado de <https://www.ufmg.br/diversa/8/entrevista.htm>
- Santos, Boaventura de Sousa (2007). Para além do pensamento abissal: Das linhas gerais a uma ecologia dos saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, 79, 71-94.
- Santos, Boaventura de Sousa (2008). A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In Boaventura de Sousa Santos & Naomar Almeida Filho, *A universidade do século XXI: Para uma universidade nova* (pp. 13-106). Coimbra: Almedina.
- Santos, Boaventura de Sousa (2013). Da ideia de universidade à universidade de ideias. In Boaventura de Sousa Santos, *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade* (pp. 309-355). Coimbra: Almedina.
- Santos, Boaventura de Sousa (2016). Para uma nova visão da Europa: Aprender com o sul. *Sociologias*, 18(43), 24-56.
- Santos, Boaventura de Sousa, & Mendes, José Manuel (2017). *Demodiversidade: Imaginar novas possibilidades democráticas*. Lisboa: Edições 70.
- Santos, Boaventura de Sousa, & Meneses, Maria Paula (2009). Prefácio. In Boaventura de Sousa Santos & Maria Paula Meneses (Orgs.), *Epistemologias do sul* (pp. 7-8). Coimbra: Almedina.
- Schütze, Fritz (2013). Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In Wivian Weller & Nicolle Pfaff (Orgs.), *Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: Teoria e prática* (pp. 210-222). Petrópolis: Vozes.
- Vasconcelos, Letícia, Santos, Georgina, & Sampaio, Sonia (2017). Justiça cognitiva como dispositivo para fazer avançar as ações afirmativas. In Georgina Santos, Letícia Vasconcelos, & Sonia Sampaio (Orgs.), *Observatório da vida estudantil: Dez anos de estudos sobre vida e cultura universitária, percurso e novas perspectivas* (pp. 247-269). Salvador: EDUFBA.
- Visvanathan, Shiv (1997). *A carnival for science: Essays on science, technology and development*. Oxford: Oxford University Press.
- Yannoulas, Silvia Cristina (2013). *Trabalhadoras: Análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: Editorial Abaré.
- Yin, Robert K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre: Penso.

Legislação brasileira

- Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Retirado de www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm
- Resolução n.º 466/2012, de 12 de dezembro de 2012*. Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Retirado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

